

Por Caroline Martin
Especial para O Papel

DIVULGAÇÃO IBEAMA



Em 2013, a Ibema realizou uma série de ações em processo produtivo e desenvolvimento das pessoas

Cadeia de embalagens se movimentada para atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos

AÇÕES EM CONJUNTO
VIABILIZARÃO
MUDANÇAS
NECESSÁRIAS PARA
COLOCAR NOVA
REALIDADE EM
PRÁTICA

Passado o primeiro impacto das necessidades de mudança impostas pela Lei n.º 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o momento atual já reflete uma nova realidade – ou ao menos uma fase de transição bem consolidada para chegar ao cumprimento das exigências em sua totalidade. Hoje, parte dos consumidores já reconhece sua responsabilidade sobre as embalagens dos produtos que usa, alguns mu-

nícipios colocam em prática a coleta seletiva e muitas empresas contribuem com a implantação da logística reversa. Os hábitos demonstram que o tripé formado por sociedade, poder público e setor empresarial vem se fortalecendo em prol da PNRS.

A atuação em conjunto caminha na direção correta, já que a PNRS parte do princípio de que indústria, comércio, consumidor e governo têm responsabilidade compartilhada sobre



DIVULGAÇÃO ABRE



os resíduos sólidos que produzem. Para chegar aos macro-objetivos estipulados por lei, conceitos e propostas para a interação entre os muitos setores da economia vêm sendo colocados em prática. Em resumo, conforme define o Ministério do Meio Ambiente (MMA), trata-se de um conjunto de instrumentos destinados a propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).

Inserida nesse contexto, a cadeia produtiva de papel, papelcartão e papelão para embalagens tem se mobilizado e amadurecido estratégias para cumprir suas funções no processo, a começar pelo fortalecimento da reciclagem. "A reciclagem se desenvolveu de forma bastante efetiva no Brasil. Está calcada em seus valores econômico e social, contando com iniciativas de diferentes setores interessados, como empresas, entidades e até mesmo o poder público, seja apoiando

o desenvolvimento do sistema, esclarecendo os benefícios decorrentes da promoção da coleta seletiva ou, ainda, dando encaminhamento à reciclagem e à recuperação da matéria-prima", contextualiza Luciana Pellegrino, diretora executiva da Associação Brasileira de Embalagem (Abre).

"O papel, além de reciclável, é biodegradável e compostável, e se posiciona bem perante eventuais sistemas de reciclagem energética", evidencia Elizabeth de Carvalhaes, presidente executiva da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá). Segundo ela, no segmento de caixas de papelão ondulado, o setor é grande reciclador, recuperando aproximadamente 80% das caixas que vão para o mercado. No segmento de papelcartão, a reciclagem também é prática comum e apresenta oportunidades de crescimento.

Em paralelo às conquistas já obtidas, a PNRS faz com que todos os agentes dessa cadeia se alinhem cada vez mais. "A Política pressupõe essa ação encadeada entre todos os elos, pois, para que um possa desenvolver seu papel, é preciso que os outros também desenvolvam os seus. Para isso, é necessária uma reorganização de todo o processo", pontua Luciana, reforçando que somente a partir dessa visão mais holística sobre a atuação dos diferentes agentes será possível visualizar o contexto geral, com seus benefícios e entraves. "Isso fortalece a cadeia de reciclagem, no sentido que faz com que os agentes foquem suas atenções na dissolução dos gargalos atuais", acredita.

A busca pela resolução desses gargalos está em andamento. A Coalizão Empresarial, grupo coordenado pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cem-

Na visão de Luciana Pellegrino, a PNRS traz um impulso de busca pelo fechamento do ciclo de vida dos produtos, incentivando o desenvolvimento sustentável



“As prefeituras que ainda não fazem a coleta seletiva precisam começar a fazê-la, e as que já fazem precisam otimizar seus serviços”, frisa Vilhena

pre) formado por associações representantes dos diversos setores empresariais, formulou uma proposta com ações concretas e encaminhou à aprovação do MMA. “Para chegar ao documento final, respeitamos as conquistas feitas até o momento e sugerimos as próximas ações para que possamos avançar e melhorar as condições da cadeia”, resume André Vilhena, diretor executivo do Cempre.

Para Fernando von Zuben, diretor de Meio Ambiente da Tetra Pak, a criação da Coalizão – que conta com 21 entidades setoriais (representantes das indústrias de celulose/papel, plástico, alumínio e alimentos) e mais de 400 empresas – já é uma grande vitória. O grande destaque, porém, fica por conta do acordo setorial de embalagens entregue ao governo. “Embora ainda aguarde a aprovação da esfera federal, as propostas feitas pela Coalizão já vêm sendo trabalhadas”, evidencia o executivo.

Elizabeth comenta que o setor de celulose e papel atuou intensamente nas discussões da lei e em todos os passos subsequentes à sua promulgação. “Pela importância do papel como material reciclável, participamos desde os primeiros debates ao lado da Associação Brasileira do Papelão Ondulado (ABPO). Atualmente, um comitê formado por representantes de 30 empresas e da Ibb acompanha mensalmente a evolução do tema e seus impactos sobre o nosso setor.”

Entre os objetivos listados no acordo setorial de embalagens está o melhor atendimento às leis dispostas na PNRS sobre a logística reversa de embalagens pós-consumo de produtos não perigosos. A Coalizão colocou como princípios a implantação e o amadurecimento da coleta seletiva nos municípios de maior porte ou pertencentes a áreas metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento ou aglomerações urbanas das cidades sedes da Copa do Mundo Fifa 2014. As ações previstas na proposta buscam reduzir em 22% a quantidade total de resíduos sólidos urbanos secos, encaminhando-os para reciclagem, em uma meta que se tornará mais ambiciosa nos próximos anos, conforme mostra a tabela abaixo.

O conglomerado atingido neste momento responde por 38% de todo o lixo urbano produzido no Brasil. “Estamos dispostos a trabalhar com a parte seca desse lixo, que corresponde a 50% do total. Tomando como referência a produção diária de lixo no País, que gira em torno de 160 mil toneladas, trata-se de 80 mil toneladas de resíduos úmidos que seguem para compostagem e aterros e 80 mil toneladas de resíduos secos. Desse material seco, em torno de 60% compõem-se de matéria-prima reciclável, a ser reinserida na cadeia de valor. O plano da Coalizão, portanto, foca nesses 60% das 80 mil toneladas diárias de resíduos secos, valor que resulta em torno de 50 mil toneladas diárias, cuja boa parte é de papel e papelão, enquanto o restante se divide entre plástico, vidro, lata e embalagens longa vida”, calcula o executivo da Tetra Pak, empresa membro da Coalizão.

Para dar conta do significativo montante de resíduos secos gerados, a Coalizão vem trabalhando em diferen-

Metas para implantação progressiva do sistema de logística reversa

Meta	Plano de metas				
	2015	2019	2023	2027	2031
Redução dos resíduos recicláveis secos dispostos em aterro, com base na caracterização nacional em 2013.	22%	28%	34% ^x	40%	45%

tes ações. Uma delas consiste no incremento da coleta seletiva municipal, com o intuito de atingir pelo menos 90% da população das cidades priorizadas. O trabalho vem se fortalecendo pela instalação de pontos de entrega voluntária em supermercados. Vale frisar, contudo, que os investimentos da Coalizão são complementares ao serviço de coleta das prefeituras, mas não o substituem.

O diretor de Meio Ambiente da Tetra Pak revela que as cooperativas também têm sido beneficiadas com o trabalho realizado. A fim de promover a melhoria contínua das cadeias de reciclagem e evitar ações que prejudiquem o amadurecimento das cooperativas e catadores, programas de gerenciamento têm sido oferecidos. "A ideia é levar técnicas de gerenciamento ao processo desses agentes para melhorar aspectos diversos, como questões de segurança, qualidade, meio ambiente e organização, aumentando também a produtividade", lista von Zuben.

Os centros de triagem dessas cooperativas são mais um ponto de atenção por parte da Coalizão. Atualmente, a eficiência dessa etapa da cadeia encontra-se entre os gargalos a serem solucionados. O grupo de entidades empresariais trabalha, portanto, no quesito gerencial, inclusive fornecendo equipamentos básicos para o processo de triagem, como enfardadeiras, esteiras e balanças eletrônicas, com o objetivo de triplicar a capacidade de triagem das cooperativas a partir de melhorias de infraestrutura, aquisição de equipamentos e capacitação profissional.

Segundo a proposta da Coalizão, também as empresas ficam encarregadas de articular a implementação necessária para garantir o fluxo de retorno das embalagens objeto do sistema de logística reversa, com sua rede de comercialização, distribuidores, comerciantes, cooperativas, comércio atacadista de materiais recicláveis. O setor produtivo ainda assumirá o compromisso de comprar todo o material que vier a ser oferecido pelas cooperativas a preços de mercado e dentro da capacidade instalada de reciclagem.

Como a conscientização da sociedade é fator indispensável ao funcionamento dessas e demais mudanças, a Coalizão ainda assume a responsabilidade de divulgar aos consumidores as devidas instruções para separação das embalagens e os procedimentos para a adequada devolução, de forma a facilitar a reciclagem. Na prática, a Coalizão pretende realizar investimentos para melhorar a conscientização dos consumidores finais a respeito das melhores práticas de acondicionamento e destinação ambientalmente correta.

Participante da Coalizão, a Abre concorda com a necessidade de se investir na educação dos consumidores em paralelo aos esforços da cadeia. Por esse motivo, a entidade prevê estreitar a relação que mantém com a sociedade, conforme revela a diretora executiva. "Nos últimos anos, viemos trabalhando com afinco em referências técnicas para a própria indústria da cadeia produtiva de embalagens, dando base para um desenvolvimento sustentável. Entre os trabalhos realizados, está a publicação em português do *Global Protocol* para embalagem e meio ambiente, documento publicado pelo *The Consumers Goods Forum*. Foi feito um alinhamento sobre as formas de se trabalharem os estudos de análise de ciclo de vida, estabelecendo-se premissas e entendimentos para possibilitar à indústria o desenvolvimento de um trabalho consistente. Traduzimos esse documento para o português para que a indústria brasileira também possa calcar-se nesses mesmos critérios."

Outro trabalho relevante foi realizado pela Abre em novembro de 2011, quando um pacto setorial foi firmado com o MMA no âmbito do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis, prevendo a inclusão do símbolo do descarte seletivo nas embalagens. A proposta visa incentivar as empresas a identificar suas embalagens com um símbolo padronizado para orientar as pessoas a separar as embalagens em um local adequado como descarte seletivo. "Hoje em dia, já vemos um grande número de empresas aplicando a simbologia e outras se engajando para aplicá-la conforme a norma NBR 16182 da ABNT", revela Luciana.

Para este ano, a Abre planeja voltar a conversar com a sociedade, esclarecendo dúvidas sobre o tema. Dando mais detalhes sobre o projeto educativo, Luciana

Elizabeth: "O papel, além de reciclável, é biodegradável e compostável, e se posiciona bem perante eventuais sistemas de reciclagem energética"



ABTCP GUILHERME BALCONI

Confira as diferenças entre as práticas adotadas anteriormente e as que estão sendo traçadas para atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos

ANTES

Poder público

- Pouca prioridade para a questão do lixo urbano
- A maioria dos municípios destinava os dejetos a lixões a céu aberto
- Sem aproveitamento dos resíduos orgânicos
- Coleta seletiva ineficiente e pouco expressiva
- Falta de organização

Empresas

- Inexistência de regulação sobre os investimentos privados na administração de resíduos
- Poucos incentivos financeiros
- Desperdício de materiais e falta de processos de reciclagem e reutilização
- Sem regulação específica

Catadores

- Manejo do lixo feito por atravessadores, com riscos à saúde
- Predominância da informalidade no setor
- Problemas tanto na qualidade como na quantidade dos resíduos
- Catadores sem qualificação

População

- Separação inexpressiva de lixo reciclável nas residências
- Falta de informações
- Atendimento da coleta seletiva pouco eficiente



DEPOIS

Poder público

- Municípios devem traçar um plano para gerenciar os resíduos da melhor maneira possível, buscando a inclusão dos catadores
- Lixões passam a ser proibidos e devem ser erradicados até 2014, com a criação de aterros que sigam as normas ambientais
- Municípios devem instalar a compostagem para atender a toda a população
- Prefeituras devem organizar a coleta seletiva de recicláveis para atender a toda a população, fiscalizar e controlar os custos desse processo
- Municípios devem incentivar a participação dos catadores em cooperativas a fim de melhorar suas condições de trabalho

Empresas

- Legislação prevê investimentos das empresas no tratamento dos resíduos
- Novos estímulos financeiros para a reciclagem
- A reciclagem estimulará a economia de matérias-primas e colaborará para a geração de renda no setor
- Empresas apoiam postos de entrega voluntária e cooperativas, além de garantir a compra dos materiais a preços de mercado

Catadores

- Catadores deverão filiar-se a cooperativas de forma a melhorar o ambiente de trabalho, reduzir os riscos à saúde e aumentar a renda
- Cooperativas deverão estabelecer parcerias com empresas e prefeituras para realizar coleta e reciclagem
- Aumento do volume e melhora da qualidade dos dejetos que serão reaproveitados ou reciclados
- Os trabalhadores passarão por treinamentos para melhorar a produtividade

População

- População separará o lixo reciclável na residência
- Realização de campanhas educativas sobre o tema
- Coleta seletiva será expandida

informa que já teve início um trabalho para ouvir a sociedade, a fim de perceber o que as pessoas entendem sobre sustentabilidade, quais são as principais dúvidas sobre o papel da embalagem, qual é a contribuição da embalagem na sustentabilidade, como a indústria vem empregando o desenvolvimento sustentável, como o consumidor pode ajudar no processo de descarte/encaminhamento para revalorização e como funciona essa cadeia de reciclagem. “Nossa proposta é esclarecer as dúvidas e levar esse entendimento aos consumidores.”

Fábio Luigi Bellacosa, presidente do Conselho de Administração da Associação Nacional dos Aparistas de Papel (Anap), concorda com o relevante papel adquirido pela sociedade no processo de reciclagem com a instituição da PNRS. “Muito tempo antes de se falar em PNRS, os aparistas de papéis já praticavam a logística reversa, e pode-se dizer com convicção que somos um dos precursores desse processo logístico, hoje foco de muita atenção não só no Brasil, mas em todo o mundo, diante da necessidade de a sociedade destinar corretamente os resíduos que produz”, reforça.

Ele reconhece ainda outras mudanças bastante visíveis ao longo do funcionamento da cadeia, que vão ao encontro do trabalho proposto pela Coalizão. “A implantação da PNRS vem criando uma tendência de aumento do fluxo de materiais recicláveis em geral, já que a atenção da sociedade está voltada para a condição do reciclo. Os órgãos governamentais estão hoje empenhados, por meio das políticas de caráter social, em apoiar a criação de cooperativas de catadores, as quais, por sua vez, estão colaborando para o aumento de fluxo.”

Bellacosa informa que, atualmente, várias cooperativas já trabalham em parceria com os aparistas de papel, visto que os volumes ainda não são suficientes para atender às necessidades dos fabricantes recicladores. “Essa parceria não só é benéfica para todos os atores envolvidos no processo, mas também se faz necessária para que o fluxograma continue em andamento”, sublinha.

O presidente do Conselho de Administração da ANAP conta ainda que, recentemente, a prefeitura de São Paulo anunciou a implantação de quatro centrais mecanizadas a serem distribuídas na cidade de São Paulo, cada uma para o processamento aproximadamente de 7.500 toneladas por mês de resíduos. Desse total, uma parcela será certamente de aparas de papel. Ele acredita que tais ações têm impacto direto na mudança de estratégia hoje utilizadas pelas empresas responsáveis pelas coletas de resíduos e na significativa diminuição dos resíduos descartados em aterros e lixões. “A Anap



DIVULGAÇÃO IBEMA

“Dentro de uma perspectiva mais otimista, espera-se o aumento da procura pelos papéis reciclados, assim que a proposta da PNRS for aprovada”, diz o diretor industrial da Ibema

está empenhada na formação de uma parceria com a prefeitura no desenvolvimento desse projeto”, conta ele, adiantando as intenções da entidade.

Outros desafios a serem superados

Os atores envolvidos na cadeia de embalagens admitem a existência de inúmeros gargalos no atendimento prático a todas as mudanças pertinentes à nova logística exigida por lei. A coleta seletiva está entre os aspectos desafiadores que merecem destaque. “As prefeituras que ainda não fazem a coleta seletiva precisam começar a fazê-la, e as que já fazem precisam otimizar seus serviços. Porto Alegre (RS), Curitiba (PR) e São José dos Campos (SP) são exemplos de cidades que fazem coleta seletiva há mais de 25 anos. Os cidadãos dessas cidades já estão acostumados a fazer a separação de resíduos secos. Outras grandes capitais brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, ainda têm programas de coleta seletiva pouco eficientes. Não há uma comunicação adequada para que o cidadão participe, situação que requer melhorias para que haja um sistema mais abrangente”, pontua Vilhena, diretor executivo do Cempre.

“Pouco mais de 10% dos municípios brasileiros já implantaram sistemas de coleta. Em alguns, a coleta não abrange 100% dos municípios. Há casos também em que o material, após recuperado, segue para descarte juntamente com os resíduos orgânicos – ou seja, os resíduos



Bellacosa: atualmente, várias cooperativas já trabalham em parceria com os aparistas de papel, visto que os volumes produzidos ainda não são suficientes para atender às necessidades dos recicladores

úmidos. Assim, sem que os sistemas de coleta seletiva sejam implantados, é praticamente impossível falar em logística reversa”, completa Elizabeth.

O olhar crítico de Fernando Sandri, diretor industrial da Ibema, segue na mesma direção: “Como existem mais de 5.500 municípios no Brasil, há muita dificuldade na disseminação de uma prática homogênea de ações para a reciclagem de embalagens. As disposições da lei determinam que os municípios encerrem as práticas com lixões e aterros controlados até agosto deste ano, além de programar iniciativas para a recuperação e o aproveitamento dos resíduos gerados, como as embalagens. Ainda há, contudo, muito a se fazer nesse sentido”.

Sandri lembra que, após a embalagem cumprir seu papel, geralmente fica nas residências de todo o País – e é nessa etapa que se inicia o trabalho. O consumidor tem, portanto, o relevante papel, previsto em lei, de dispor adequadamente a embalagem, separando-a do lixo úmido. “Creio que a população irá rapidamente separar a fração seca de forma contínua assim que o fluxo dessa logística estiver devidamente instalado”, vislumbra. Para ele, construir todo o sistema logístico para o retorno da embalagem e capacitar a população para a prática adequada levará bastante tempo, mas tudo o que é tangível neste momento deve ser viabilizado e valorizado pela sociedade.

Outro desafio destacado por Sandri refere-se à pouca intenção de compra de produtos com embalagens de materiais que já foram utilizados. “No setor de papel, ainda não existe forte demanda por papéis reciclados, pois persiste a ideia de que os materiais feitos de fontes

recicláveis precisam ser mais baratos do que os produzidos de fontes primárias. Essa expectativa tem deprimido qualquer iniciativa de grandes investimentos em plantas industriais para reprocessamento e produção de produtos de fontes recicladas de alta qualidade”, avalia.

Atualmente, todo resíduo gerado nos processos intermediários de produção é reciclado pela indústria por ter um valor justo já estabelecido em cada setor de atuação. “O desafio será valorizar os materiais reciclados pós-consumo e tornar ainda mais importantes as cooperativas de reciclagem, as quais, para que possam ser utilizadas pela indústria, precisam realizar algumas atividades mais elaboradas”, completa o diretor industrial da Ibema.

Coletar, selecionar e embalar os materiais adequadamente, seguindo as normas ABNT, por exemplo, serão atividades de valor para as cooperativas do futuro. “Em 2010, o Brasil tinha apenas 146 cooperativas registradas – uma quantidade muito pequena. Com o tempo, muitas outras precisam ser instaladas, pois se trata de um mecanismo útil para buscar os materiais passíveis de reciclagem nas proximidades das residências de todo o País”, acredita Sandri. No Paraná, a Ibema está investindo no desenvolvimento de Centrais de Valorização de Materiais Reciclados em um projeto conjunto com o Sindicato dos Produtores de Papel do Estado do Paraná (Sinpacel), o Sindibebidas e o Instituto do Lixo & Cidadania, com a perspectiva de aumentar para cinco centrais no Estado a partir do modelo já instalado com sucesso na cidade de Pinhais.

A desoneração da cadeia tributária também tem sido discutida para alavancar ainda mais a reciclagem, inclusive em regiões mais remotas do Brasil. “Hoje, temos dificuldade de realizar o trabalho em certas localidades em função da distância. Com a desoneração da cadeia, poderíamos ter condições de melhorar o acesso, pois teríamos fôlego para buscar material nos locais pouco acessíveis”, justifica o diretor executivo do Cempre.

Sobre o tema, o diretor de Meio Ambiente da Tetra Pak diz esperar justiça fiscal com relação à cadeia recicladora no Brasil, passando pela coleta e pela comercialização e chegando a produtos feitos com materiais recicláveis, que ainda têm uma carga injusta de impostos. “Materiais que vão para o lixo geram impacto ambiental, ao mesmo tempo que não geram renda nem emprego. Já os materiais retirados do lixo entram no processo produtivo e pagam uma avalanche de impostos. Por isso digo que não queremos incentivos fiscais; nós almejamos justiça fiscal.”

Em paralelo à necessidade de desoneração da cadeia, o presidente do Conselho de Administração da

Anap ressalta que o planejamento logístico em torno do transporte desses materiais é fator indispensável. “Estamos sujeitos aos sistemas de rodízio e restrições de circulação de nossa frota de transporte e já enfrentamos grandes dificuldades na questão da logística por conta desses entraves.”

Oportunidades à vista

Enquanto busca soluções para os desafios existentes, a cadeia de embalagens nota o surgimento de oportunidades diversas. Trabalhar em novas tecnologias, buscar formas de otimizar o uso dos recursos naturais e fortalecer o uso da matéria-prima reciclada são os caminhos que levarão ao desenvolvimento de novos mercados. Na visão de Luciana Pellegrino, a PNRS traz esse impulso de busca pelo fechamento do ciclo de vida dos produtos, incentivando o desenvolvimento sustentável não só ao longo do processo produtivo, mas também no pós-consumo. “Muitas vezes é possível trazer a matéria-prima revalorizada para o ciclo produtivo da própria embalagem, mas também acontece de ser destinada a outros tipos de produtos, o que não deixa de ter um valor bastante importante”, sinaliza.

A diretora executiva da Abre destaca ainda que o Brasil tem seguido uma linha bastante pioneira no que diz respeito ao desenvolvimento de tecnologias, tanto na fabricação de matérias-primas renováveis quanto no uso desses materiais nas embalagens, sempre que permitido pela legislação. “Isso de fato tem impulsionado um olhar para otimizar o uso dos recursos e dos sistemas de produção.”

“Em uma perspectiva mais otimista, espera-se o aumento da procura pelos papéis reciclados assim que a proposta da PNRS for aprovada”, diz o diretor industrial da Ibema. “Cada usuário de embalagem que possui sua marca identificada na embalagem está buscando uma forma de contribuir para coletar e reciclar, aquecendo esse mercado”, diz ele, completando a previsão.

Ainda de acordo com Sandri, no Brasil existem poucas plantas industriais que processam embalagens recicladas de papel a fim de obter fibras de alta qualidade, reutilizadas como celulose reciclada. “Os equipamentos de processo, as instalações e os custos para viabilizar investimentos em plantas acima de 500 toneladas por dia ainda são altos. Com isso, as instalações de plantas de aparas hoje existentes poderão ser adaptadas para adequar-se às novas demandas de produtos em modelos de ciclos fechados, desde o papel, a embalagem, a marca, o produto, o consumidor e a reciclagem até a volta ao papel.”

Quanto ao eventual impacto do aumento de aparas ao segmento, o diretor executivo do Cempre informa que um estudo de viabilidade técnica e econômica sobre as cadeias não detectou nenhum impacto significativo na cadeia de papel. Pelo contrário: houve um acréscimo nos preços médios de aparas no Brasil no último ano. “Esse risco existe, obviamente, como na situação que acompanhamos em 2009, mas é difícil relacionar com a logística reversa. Não há expectativa de uma eventual queda de preços em curto e médio prazo”, frisa Vilhena.

Elizabeth comenta que, dependendo do volume de embalagens que vier a ser recuperado, haverá a necessidade de encontrar alternativas além da reciclagem. “Também é importante considerar que o papel é um produto de origem renovável e não pode ser reciclado indefinidamente”, pondera a presidente executiva da Ibá. “Além disso, a reciclagem de papel cresce em segmentos não tradicionais, como o de telhas, que vem utilizando aparas de papel na elaboração de seus produtos. Outra possibilidade é a exportação, o que já esta ocorrendo para alguns tipos de aparas.”

Bellacosa, presidente do Conselho de Administração da Anap, reforça que, no âmbito social, a implementação da PNRS dá a oportunidade de mostrar o trabalho dos aparistas e conquistar-lhes o reconhecimento do setor como prestadores de serviços essenciais à sociedade. No âmbito econômico, a PNRS traz uma série de mudanças de ordem de logística que deverão ser implantadas, tais como a multiplicação dos pontos de coleta seletiva, a intensificação dos trabalhos das cooperativas e o funcionamento das centrais mecanizadas, que colaboram com o aquecimento da economia do setor.

A cadeia produtiva de papel, papelcartão e papelão para embalagens tem se mobilizado e amadurecido estratégias para cumprir suas funções na PNRS



DIVULGAÇÃO IBEMA

Projetos de expansão são anunciados pelo setor

De acordo com a Ibb, a produção de papel para embalagem em 2013 somou 5,4 milhões de toneladas, resultando em uma variação positiva de 3% em comparação com o ano anterior. A produção de papelcartão totalizou 739 mil toneladas no último ano, com decréscimo de 2,9% em relação ao resultado de 2012. A expedição de papelão ondulado, por sua vez, girou em torno de 3,4 milhões de toneladas em 2013, segundo o boletim de dezembro último da ABPO.

O cenário atual já aponta perspectivas para os próximos dobramentos. "Em 2014 o segmento deve manter-se nesse patamar, em função do cenário econômico atual, caracterizado por um consumo das famílias não tão intenso como em anos anteriores", analisa o diretor industrial da Ibema.

Sandri revela que, em 2013, a empresa realizou uma série de ações em processo produtivo e desenvolvimento de pessoas. "Como resultado, batemos dois recordes mensais consecutivos de produção e vendas em mais de cinco décadas de empresa. Tudo isso tem nos motivado a seguir em frente com esta contínua evolução, pois estamos trabalhando com a capacidade máxima de 90 mil toneladas de papelcartão e temos o reconhecimento do trabalho sério por nossos clientes", diz ele, satisfeito.

É válido frisar que inúmeros projetos de expansão têm sido anunciados pelos players do segmento. A Celulose Irani está entre as empresas que planejam aumento de produção nos próximos anos. Após a parceria firmada com o governo de Minas Gerais, em março último, a empresa assinou um novo protocolo de intenções com o governo de Santa Catarina, em maio.

O primeiro projeto prevê a expansão da unidade de papel localizada em Santa Luzia (MG), cujo investimento total previsto é de aproximadamente R\$ 220 milhões. O valor será aplicado na modernização e na ampliação da capacidade de produção da Máquina 7. Após a conclusão do investimento, prevista para 2017, a capacidade de produção passará de 60 mil para pouco mais de 86 mil toneladas/ano. O documento também contempla um projeto para a construção de uma fábrica de embalagens de papelão ondulado no município, com capacidade produtiva anual de 60 mil toneladas.

O segundo projeto anunciado pela Celulose Irani tem por objetivo expandir a unidade fabril de Vargem Bonita, localizada no meio-oeste catarinense. O investimento total previsto é de aproximadamente R\$ 600 milhões, a ser concluído em 2019. O valor deverá ser aplicado na ampliação da capacidade produtiva da unidade de papel para embalagens em aproximadamente 135 mil toneladas/ano. O mesmo acontecerá com a unidade de embalagens de papelão ondulado, também em Vargem Bonita, com aumento de cerca de 24 mil toneladas/ano.

A Klabin é mais uma representante do segmento que planeja incrementos de produção. Em março último, a empresa lançou a pedra fundamental da nova unidade de celulose. Nomeada como Projeto Puma, a fábrica, com inauguração prevista para 2016, soma investimentos de R\$ 5,8 bilhões, excluindo-se ativos florestais, melhorias em infraestrutura e impostos.

Para Fabio Schwartsman, diretor-geral da Klabin, esse é o início de um novo ciclo de crescimento da empresa, que irá dobrar seu volume de produção em três anos. "A fábrica está sendo construída para figurar como uma das mais produtivas do mundo", prospecta. O executivo destacou ainda a importância histórica da nova planta. "A Klabin, com 115 anos de história e 80 no Paraná, ainda tem muita energia para empreender um projeto desse tamanho."

Com a nova fábrica, serão realizadas obras de infraestrutura e haverá aumento das oportunidades econômicas e sociais, geração de renda, qualificação profissional e incremento na arrecadação de impostos, contribuindo para o desenvolvimento regional. Um convênio assinado entre o governo do Estado, a Klabin e os municípios da região definiu a divisão do ICMS proveniente das operações da nova fábrica entre 12 municípios. Ortigueira ficará com 50% desse imposto, sendo os 50% restantes divididos entre Cândido de Abreu, Congonhinhas, Curiúva, Imbaú, Reserva, Rio Branco do Ivaí, São Jerônimo da Serra, Sapopema, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania. A divisão será baseada em critérios como a população e o Índice de Desenvolvimento Social de cada município.

A empresa ainda informa que cerca de 85% dos trabalhadores empregados atualmente (etapa de terraplanagem) no Projeto Puma são provenientes dos municípios vizinhos. No auge da construção, prevê-se que 8.500 pessoas estejam trabalhando no canteiro de obras. Quando estiver em operação, a nova unidade terá 1.400 postos de trabalho entre os setores fabril e florestal.

A aquisição dos 25% restantes das ações da Orsa International Paper Embalagens S.A. pela International Paper, em abril último, também movimentou o segmento. As ações, parte da joint venture com a empresa de papelão ondulado Jari Celulose, Embalagens e Papel S.A., foram negociadas por R\$ 318 milhões, valor estipulado no início das transações. A IP passou a ter a propriedade total de três fábricas de papel para embalagens e quatro unidades de produção de embalagens de papelão ondulado.

Para o presidente mundial da companhia, John Faraci, o investimento está alinhado com a estratégia de proporcionar o crescimento global dos nossos negócios em embalagens e investir em regiões que garantam bons retornos. ■